

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.444.285 - SP
(2019/0031787-1)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S A
EMBRATEL
ADVOGADOS : MÁRCIA SOARES DE MELO E OUTRO(S) - SP120312
JOSÉ RENATO SANTOS - SP155437
HUGO CESAR DA SILVA - SP276560
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADORE : RAFAEL DOS SANTOS MATTOS ALMEIDA - SP282886
S
PRISCILLA ALESSANDRA WIDMANN - SP353012
VICTOR TEIXEIRA DE ALBUQUERQUE E OUTRO(S) -
SP329179

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO PROVIDO PARA DETERMINAR SUA REAUTUAÇÃO COMO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interno (fls. 489/502) apresentado contra decisão monocrática sintetizada na seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR FIXADO NA ORIGEM. PRETENSÃO DE MAJORAÇÃO NA FORMA DO ART. 85, § 3º, DO CPC/2015. QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE PREJUDICADA. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

A agravante alega, em síntese, que devem ser observados os parâmetros de fixação de honorários trazidos pelo art. 85, § 3º, I, do CPC/2015:

Ao contrário do que acontecia no regime do CPC/73, em que o magistrado arbitrava honorários muitas vezes em valores desproporcionais, na nova sistemática do artigo 85, do CPC, os honorários deverão, sempre nos casos em que a Fazenda Pública for parte, serem calculados de acordo com os requisitos dos incisos I a IV, do §2º, do artigo 85, e os percentuais previstos nos incisos I a V, do §3º, também do artigo 85, do CPC (Tabela Regressiva).

Requer a reconsideração da decisão agravada ou, sucessivamente, o provimento

do agravo interno.

A agravada pleiteia a manutenção da decisão agravada.

É o relatório.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade recursal e considerando que os argumentos aduzidos nas razões de agravo interno revelam-se plausíveis, no sentido de comprovar a sua tese, reconsidero a decisão ora agravada e dou provimento ao agravo, para que seja reautuado como recurso especial para melhor análise.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

